



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ant
pal
41

PRIMEIRA REUNIÃO DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA A DEZANOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

----- ATA NÚMERO QUATRO -----

Aos dezanove dias de junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a primeira reunião da terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Maria Fernanda Pereira Fernandes, Joaquim Manuel Baliza, Vítor Gingeira e Alcídio Ferreira Torres de Carvalho. **CDU** – Francisco José Cunha do Rosário Salpico, Avelino dos Santos Antunes, Vítor Balegas, José Manuel Rosa Ferra, Mário Manuel Rocha Baliza Leonardo e Ana Catarina Jimenez. **PSD** – Ana Filipa Mota, João Filipe Figueiredo, Francisco José Cordeiro, Sérgio Vasco, Alfredo Rodrigues, Nadine Balasteiro. **BE** – Ricardo Caçoila e Cipriano Pisco. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta**: -----

União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – José Manuel Santos (PS);

União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia – Luís Miguel da Silva Morais (PS); **Freguesia de Canha** – Armando José Carneira Piteira (PSD) e

Freguesia de Sarilhos Grandes – Joaquim António Lopes da Silva Batalha (CDU).

Faltou o senhor Presidente da União das Freguesias de Pegões – António Miguéns (PS). -----

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

Deputados Municipais

Sabina Pereira (CDU), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Vítor Balegas. -----

Maria do Carmo Guia (PSD), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Nadine Balasteiro. -----

Fernando Coelho (PS), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Vítor Gingeira. -----

João Afonso (PSD), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Francisco José Cordeiro. -----

José António Caria (PS), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Joaquim Manuel Baliza. -----

Fernando Caria (PS), Presidente da Junta da União das Freguesias de Montijo/Afonsoeiro, tendo sido substituído por José Manuel Santos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANA
Paly
H

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU), Maria das Mercês Soares (PSD), José Francisco dos Santos (PS), Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Maria Clara de Oliveira da Silva (PS). -----

Constatada a **existência de quórum**, a Senhora Presidente, informou: -----
“O Senhor Deputado Luís Pedroso Lima Luizi, eleito membro da Assembleia Municipal do Montijo, nas eleições autárquicas de 28 de setembro de 2013, na lista apresentada pelo PSD, apresentou o seu pedido de renúncia ao mandato em 30 de abril de 2015. -----

Com esta renúncia foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na supra referida lista, tal como decorre dos artigos 76.º, n.º 4 e 79.º, n.º 1 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, operando-se a substituição de imediato se o substituto “a não recusar, por escrito, passando desde logo a integrar o órgão”, foi o que aconteceu. -----

Nestes casos, a Lei não preceitua que o órgão aprecie ou vote o pedido de renúncia, ou sequer a imposição de juramento e tomada de posse. Todavia, por tradição, por praxe administrativa, pratica-se o ato a que se confere solenidade e que contribui para dignificar o eleito e o órgão que integra, procedendo-se à tomada de posse que se vai seguir. -----

TERMO DE POSSE

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e quinze, perante a Mesa e a Assembleia Municipal, composta por: -----

PRESIDENTE – Maria Amélia Macedo Antunes; -----

AM Ref



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1º SECRETÁRIO – Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu; -----

2ª SECRETÁRIA – Isabel Maria de Almeida Travessa. -----

Tomou posse o cidadão, **JOÃO FILIPE CORREIA FIGUEIREDO**, que substitui o Deputado Municipal, Luís Manuel Pedroso de Lima Luizi, do Grupo de Representantes do Partido Social Democrata, que depois de prestado o respetivo juramento, tomou lugar na bancada do seu grupo. -----

Por ser verdade e nos termos do n.º 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e do artigo 9.º e 11.º do Regimento desta Assembleia, vai o presente Termo de Posse ser assinado pela Mesa da Assembleia e pelo Empossado.” -----

Assim, o senhor Deputado Municipal **JOÃO FILIPE CORREIA FIGUEIREDO**, leu o Juramento de Investidura, assinou o Termo de Posse e ocupou o seu lugar na respetiva bancada. -----

Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----

A senhora **Munícipe Ana Almeida**, no uso da palavra, expôs a seguinte situação: “Eu e o senhor António Zorro, temos a concessão do Salão de Chá, situado na Quinta do Saldanha. Com as dificuldades financeiras que o país tem atravessado, o ramo da hotelaria e restauração tem passado bastantes dificuldades. Mas, temos vontade de continuar a fazer a exploração do bar e vontade de continuar a trabalhar neste concelho. -----

Assim, requeremos à Câmara Municipal uma redução na renda, tendo em conta a atual situação económica que o país atravessa. Essa redução, a certa altura foi



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Ped
47

aqui deliberada e nós tivemos uma redução de 25% na renda. Após o término desse prazo, que na altura foi de um ano, dirigimo-nos várias vezes à Câmara Municipal a solicitar ajuda para podermos continuar com a exploração do Salão de Chá, o que tem sido impossível. -----

Assim, elaborámos uma exposição a qual foi remetida por email para a Assembleia Municipal, para o conhecimento de todos vós, onde explicamos todas as nossas dificuldades perante o Município, incluindo, as diversas vezes que prometeram nos ajudar, com coisas objetivas e que nunca foram realizadas. A nossa questão é o porquê de não nos ajudarem? Porque o nosso objetivo é apenas e só, continuar a trabalhar neste concelho. -----

Assim, gostaríamos de saber o que temos de fazer para nos ajudarem?" -----

O senhor **Munícipe António Zorro**, no uso da palavra, disse: "É com pena que estou aqui a expor esta situação, mas isto resulta das dificuldades que estamos a sentir. Em setembro de 2014 quis entregar o bar, porque já não conseguia pagar, proposta essa que não foi aceite pela Câmara Municipal. Gostaria de ouvir a opinião das diversas bancadas". -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra questionou o seguinte à Mesa: "Uma vez que os munícipes também se dirigiram à Assembleia Municipal pedindo a nossa opinião, em relação a esta matéria, gostaria de saber se a senhora Presidente da Assembleia Municipal, vai dar a cada uma das bancadas a palavra, de acordo com o Regimento." -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: "Esse assunto já foi aqui discutido várias vezes. Os senhores Deputados têm acesso a toda a

Antunes



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

documentação e se eventualmente quiserem usar da palavra para discutir este assunto, fá-lo-ão no Período Antes da Ordem do Dia.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “Lamentamos que a senhora Presidente da Assembleia, não esteja a cumprir o Regimento.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e esclareceu o seguinte: “Esta situação decorre de um contrato de concessão que nós temos com o senhor António Zorro, que está em vigor e que foi celebrado na Câmara Municipal e por autorização desta Assembleia Municipal. E, é dentro deste enquadramento contratual que efetivamente a Câmara Municipal, desenvolve uma relação com o senhor António Zorro, bem como com todas as concessões que temos. -----

Todavia, temos vindo a tentar encontrar soluções que possam resolver este problema. Neste caso particular, uma das soluções seria a cessação desta concessão e eventualmente a possibilidade de podermos desenvolver uma nova Hasta Pública, que permitisse uma nova renda. Mas é claro, sempre com o risco de outros concorrentes virem à Hasta Pública e isso foi transmitido. -----

A Câmara Municipal já apresentou a esta Assembleia pareceres jurídicos sobre a redução das rendas e que estas não podem ser reduzidas. Neste momento esta empresa tem um valor em dívida. Estamos completamente disponíveis e empenhados em tentar encontrar uma solução para resolver este problema. ----
Isto não é uma questão política, é uma questão objetiva de relação contratual entre a Câmara Municipal e o seu concessionário e que tem que ser cumprida,

AA
Ped
97



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por ambas as partes. Os senhores Deputados têm ao vosso dispor o processo, com a troca de toda a correspondência que pode ser analisado.” -----

Seguidamente, submeteu-se à aprovação a ata, tendo a mesma obtido a seguinte deliberação: -----

Ata n.º 3 de 22 de abril de 2015

Aprovada por maioria, com 21 votos a favor e 4 abstenções. -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “De acordo com o n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), os membros que não tenham estado presentes na reunião, não participam na votação.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, pediu ao secretariado o CPA, para confirmar e disse: “Peço desculpa pelo lapso, mas realmente desconhecia, esta alteração/introdução no Código. Iremos proceder novamente à votação.” --

Assim, submeteu-se novamente a ata à aprovação, tendo a mesma obtido a seguinte deliberação: -----

Aprovada por maioria, com 20 votos a favor. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período

ANTES DA ORDEM DO DIA

Aut. Fernandes



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, leu três **DECLARAÇÕES POLÍTICAS**, cujos teores abaixo se transcrevem: -----

“OS EXAMES -----

Somos chegados ao final de mais um ano letivo: -----

- os alunos realizam exames; -----

- a máquina do IAVE, gigantesca esquizofrenia burocrática, emite normas, regras e proibições: assim, nas escolas, os vigilantes de exames quase não podem respirar – olhos de lince em cima dos alunos trémulos, ombros caídos sobre as folhas timbradas do MEC... Porém, o «rigor» (para utilizar vocabulário caro ao Ministro) chega ao seu término quando começam as correções das provas (exatamente onde o rigor deveria morar, porque é onde se joga o destino académico e profissional dos nossos jovens): -----

- os professores escolhidos como classificadores de exames (por indicação frequentemente aleatória das escolas) são convocados com escassas horas de antecedência; -----

-deslocam-se, pelos seus próprios meios, à sede dos exames: no nosso distrito é uma das Escolas de Setúbal. Vão em grupo ou individualmente, em carro próprio, à boleia, em transportes públicos... -----

-recebem uma resma de provas (entre 40 e 80), as quais foram sujeitas ao anonimato dos alunos e dos estabelecimentos de ensino; recebem uma folha escrita com indicação de critérios de correção. Em alguns casos, como Português e Matemática, há uma reunião sumária, que permite, aos classificadores, discutirem os critérios e esclarecerem dúvidas; mas, em muitas outras disciplinas, nem isso... -----

-é dado, aos professores, um período de entre 5 e 7 dias úteis, para a correção



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
H

das provas. Onde? Em casa. Nalgumas escolas é-lhes 'atenuado' o serviço para poderem ficar em casa a corrigir provas. Noutras, nem isso: corrigem-nas à noite e no fim-de-semana de permeio. -----

-regressa cada professor a casa com a sua resma e o seu sorriso amarelo – a mesma que antes, foi transportada pelas forças policiais para o agrupamento de exames. Mas agora já não há problemas de segurança! Está tudo nas mãos dos professores. Grandes mãos têm os professores deste país! -----

- saem do agrupamento de exames por sua conta: em grupo ou individualmente, em carro próprio, à boleia, em transportes públicos... Levam consigo os exames na mala, na capa, na mochila, na mão, no saco de praia... sei lá! Levam entre 40 e 80 provas de exame: sem seguro, depositários do futuro deste país e responsáveis pelo que poderá passar-se a partir daí e até à entrega das mesmas, corrigidas, cerca de uma semana depois. -----

- os mais religiosos até rezam baixinho para que não ocorra um acidente, uma cheia, uma ventania... sabe-se lá! Algo que faça desaparecer as provas, algumas provas... uma prova só, que seja. -----

-em casa serão corrigidas – espera-se que, também o lar de cada professor deste país, neste período, esteja sob o olhar misericordioso da providência, a salvo de cheia, incêndios e ventanias... -----

- na data prevista saem os resultados. Alunos e pais acorrem às escolas e consultam, cuidadosamente, os resultados que lhes desenharão o futuro. Acreditam que tudo se passou a cobro do maior rigor, outra coisa não seria de esperar de um país que respeita os seus jovens e acredita no seu futuro. -----

É assim há pelo menos 30 anos. Sob todos os governos e todos os ministros. Sob o silêncio dos sindicatos -----

Handwritten signature in blue ink.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Percebe-se porquê. Este é um assunto essencialmente significativo para a qualidade da Educação – e não uma querela partidária ou uma reivindicação corporativa. -----

NOTA: Quando os professores entregam um boletim itinerário, recebem o correspondente à despesa em transportes. É tudo.” -----

BOMBEIROS

“Foi o Imperador Babilónico Hamurabi, no século XVII a.C., que permitiu a criação do tipo de corporações a que hoje chamamos “Corpo de Bombeiros”; o Código de Hamurabi elegia diversas normas de segurança e métodos para o controle de catástrofes, incluindo os incêndios. O Bombeiro como militar surgiu em Roma, por volta do ano 600 a.C. No século XIX, no ano de 1851 foi criado, na Alemanha, o primeiro Corpo de Bombeiros profissional. -----

Os Bombeiros, em Portugal podem ser profissionais (sapadores) ou voluntários. Em qualquer dos casos – e aos últimos, pela abnegação pessoal - os Bombeiros têm hoje, uma importância inquestionável, constituindo um recurso precioso para a segurança e o socorro dos cidadãos. Trata-se de uma entidade da Proteção Civil cujos membros são treinados para atuarem em caso de incêndios (florestais ou urbanos/industriais) e para apoio às populações em casos de catástrofes e acidentes e, ainda nos casos de emergência médica pré-hospitalar.

O bombeiro é o herói das nossas fantasias, de todos ou quase todos quando fomos crianças e nos revimos, sonhadamente, nas suas fardas de pompa e nos capacetes reluzentes – mesmo quando ainda não tínhamos percebido a importância da sua função na sociedade. -----

MA
Pely
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Milhares de Bombeiros já morreram na tentativa de salvar a vida de outras pessoas ou tentando minimizar os prejuízos alheios. -----

Toda a homenagem aos Bombeiros é merecida. Todo o apoio aos Bombeiros é justificado e meritório. -----

É neste contexto que evocamos nesta Assembleia a política de apoio a estas organizações, assumida pela Câmara Municipal do Montijo, a qual não se esgota em festejos e homenagens – merecidos, adequados mas, só por si, insuficientes – como revelam as iniciativas recentemente assumidas, a saber: -----

- no âmbito do QREN e através da Área Metropolitana de Lisboa, a Câmara Municipal do Montijo desenvolveu, em conjunto com outros municípios da margem norte e da margem sul, uma candidatura para aquisição de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais. -----

Neste âmbito, a Câmara Municipal do Montijo procedeu à entrega de 29 capacetes à corporação dos Bombeiros do Montijo e 12 capacetes à corporação dos Bombeiros de Canha. -----

Para além dos capacetes encontra-se igualmente previsto outro tipo de equipamento tal como botas, luvas, casacos entre outros artigos de vestuário.

- na sessão de Câmara de 27 de maio de 2015 foi aprovada (por unanimidade) uma proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canha, para participação na aquisição de um veículo de apoio ao combate a incêndios florestais, no valor de 31 mil euros.

A área operacional desta corporação abrange a Freguesia de Canha e a União de Freguesias de Pegões – espaço predominantemente rural, de floresta (montado,

Handwritten signature in blue ink.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eucalipto e pinhal) e explorações agrícolas; serve, aproximadamente, 6000 habitantes. -----

A atribuição deste apoio financeiro e a subsequente aquisição de mais um veículo permitirá que os Bombeiros de Canha venham a enfrentar o verão de 2015 equipados com um total de 6 (seis) veículos dedicados ao combate a incêndios florestais; em 2014, o apoio da Câmara e Juntas de Freguesia permitiu a aquisição de 2 (duas) ambulâncias de socorro, tendo aumentado a capacidade de apoio aos cidadãos, nomeadamente o socorro pré-hospitalar a estas populações que se encontram distanciadas dos hospitais. -----

Desta forma a Câmara Municipal do Montijo contribui, de forma ampla e concreta, para uma política de apoio às populações, nomeadamente ao nível da prevenção do risco, socorro e assistência.” -----

PASSEIO DO CAIS E MERCADO MUNICIPAL

“Não completada a primeira metade do mandato que deu, mais uma vez, em 2013 (29 de setembro), a vitória ao Partido Socialista e ao seu candidato à Câmara Municipal do Montijo, neste início de primavera de 2013, as nossas populações assistiram à concretização de dois projetos edificados, reveladores de uma política de reabilitação e revivificação do centro histórico do Montijo como núcleo social, comercial e cultural da cidade e de valorização do espaço público: -----

- no dia 29 de março, na Frente Ribeirinha, a inauguração do **Passeio do Cais**; ---
- na manhã do passado dia 25 de abril – data memorável para todos nós - os cidadãos do Montijo e os visitantes tiveram ocasião de assistir à inauguração da **reabilitação do Mercado Municipal** e à sua devolução ao povo. -----

AA
Ped
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Passeio do Cais**, investimento superior a 86 mil euros, financiado pela câmara e por fundos comunitários, responde a uma necessidade reconhecida pela autarquia e pelos comerciantes. Representa um espaço aberto e cheio de potencialidades de aproveitamento comercial e cultural, esteticamente enquadrado pelo rio e orientado para a paisagem fluvial. -----

O Passeio do Cais constitui uma oportunidade para o desenvolvimento do comércio na Frente Ribeirinha, nomeadamente o comércio ligado ao lazer e ocupação de tempos livres, aumentando a qualidade de vida e modernizando a cidade. Cabe à iniciativa privada a gestão eficaz, criativa e lucrativa desta intervenção de melhoria do espaço público. -----

À inauguração do Passeio do Cais associou-se a abertura oficial da exposição Montijo – Um Lugar para Viver, patente no espaço público da Frente Ribeirinha, onde 30 painéis expostos dão uma perspetiva geral do concelho, das suas potencialidades em vários domínios e visam promover o conhecimento, a cultura e o desenvolvimento turístico e económico da cidade e do concelho. -----

O **Mercado Municipal**, um edifício de 1957 da autoria do Arquiteto Paulo Cunha, foi alvo de profundas obras de remodelação, com o objetivo de adequar este espaço às exigências comerciais, higieno-sanitárias e funcionais atuais, permitindo a sua valorização funcional e potenciando a sua frequência e utilização. -----

O processo de recuperação desta obra crucial da vida da cidade não foi isento de incidentes, nomeadamente a necessidade de mudar de construtora por motivos não imputáveis à Câmara, mas que, ainda assim, atrasou o calendário inicial da obra e suscitou o aproveitamento político da situação, por uma oposição que assumiu, no processo, posições muito críticas. Porém, foi



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

integralmente cumprida a execução do projeto, no valor de 643.396,92€, num prazo de apenas oito meses, quando se apontava inicialmente para doze meses de obra. -----

As inaugurações destas obras de reabilitação – o Passeio do Cais e o Mercado Municipal – assinalam claramente o espírito com que a Câmara Municipal encara as exigências da reabilitação urbana no desenvolvimento do Montijo, orientada por vetores de: -----

- modernização arquitetónica e eficácia funcional; -----
- compromisso com as populações e com a melhoria da qualidade de vida; -----
- criando condições de revivificação social e cultural dos espaços públicos; -----
- contribuindo para a dinamização comercial do centro da cidade; -----
- potenciando o apelo económico e turístico, na procura de atrair as pessoas e o investimento de qualidade.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Referir-me em primeiro lugar às intervenções feitas pelos Senhores Múncipes. Nós a CDU, alguns meses atrás nesta casa trouxemos aqui um documento que infelizmente não foi aprovado, que era uma recomendação à Câmara Municipal que utilizasse o mesmo critério, que utilizou em anos anteriores para que houvesse redução nas rendas. Mas gostaríamos aqui de lembrar que quando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, na altura Presidente da Câmara Municipal, trouxe a esta casa a redução das rendas, nós dissemos que estávamos de acordo. Por isso, não compreendemos hoje porque é que o Senhor Presidente da Câmara Municipal e na altura Vice-Presidente teve naquela altura uma posição favorável e atendeu a esse abaixamento e hoje

Handwritten signature and initials in blue ink.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquanto Presidente da Câmara tem lamentavelmente uma posição contrária àquela que teve anteriormente. Iremos analisar o documento e de nossa parte o que estiver ao nosso alcance tudo faremos para que efetivamente a situação possa ser resolvida para ambas as partes, desde que haja vontade política por parte da Câmara Municipal. -----

Ainda no uso da palavra o senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), apresentou um **VOTO DE PROTESTO**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O Presidente da Câmara Municipal, Engenheiro Nuno Canta, tem vindo a tentar ludibriar a população, procurando denegrir a oposição sempre que afirma que a não aprovação do orçamento da Câmara Municipal de 2015 não permite a resolução de algumas situações por falta de verba, tais como, a título de exemplo, a aquisição de um trator para a freguesia de Sarilhos, parte integrante do acordo de execução com essa freguesia, ou a requalificação do Largo da Feira da freguesia de Canha. -----

- Com a não aprovação do orçamento da Câmara Municipal de 2015 mantém-se em vigor o orçamento de 2014 com a possibilidade de ser alterado em todas as suas rubricas. Só não o faz se não quiser. -----
- A demonstrar a falsidade da argumentação política do Presidente da Câmara, está o facto de, já por várias vezes a gestão PS/Câmara ter recorrido a alterações orçamentais de rubricas do orçamento de 2014, ou para aumentar verbas para as festas populares, ou, destinado outras à aquisição de um autocarro para a freguesia do Montijo/Afonsoeiro, ou para fazer a revisão orçamental dos SMAS, etc. -----

Handwritten signature in blue ink.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Mais uma vez, na última sessão pública da Câmara Municipal, o Presidente quando questionado, afirmou que pode haver alteração orçamental para permitir a compra de um trator para a freguesia de Sarilhos Grandes, mas que, nesse caso, também a oposição pode aprovar o orçamento de 2015, o que demonstra que estamos perante uma teimosia política, intencional, construída pela Gestão PS da Câmara para se vitimizar pelo que não quer fazer, com reflexos negativos na vida do concelho. -----

É uma atitude inaceitável de chantagem política, de hipocrisia de alguém que afirmou que a situação para com a Freguesia de Sarilhos Grandes iria ser alterada, e aquilo que se verifica na prática é mais do mesmo, ou “se vota a favor do orçamento ou não há aquisição do trator”, argumento enganoso que também usa quando, entre outros casos, se refere à freguesia de Canha e à requalificação do Largo da Feira. -----

- Atitudes como estas são indesejáveis no regime democrático, indignas do Portugal de Abril e fragilizam o funcionamento do poder local democrático, contribuindo para afastar ainda mais a população dos seus órgãos representativos. -----

Face ao exposto a Assembleia Municipal do Montijo, reunida a 19 de junho de 2015, delibera: -----

1. Manifestar o seu mais profundo protesto pela atitude antidemocrática e de chantagem política do Presidente de Câmara com graves prejuízos, para a qualidade de vida dos cidadãos, para a freguesia de Sarilhos Grandes em particular, como se já não bastasse aquilo que se passou no mandato anterior, como também ou, entre

AA
Paly
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outras situações, para a freguesia de Canha com reflexos negativos na qualidade de vida da sua população. -----

2. Exortar o Presidente da Câmara Municipal a levar rapidamente a sessão de Câmara as alterações orçamentais necessárias para a compra de um trator para a freguesia de Sarilhos Grandes, bem como para a concretização de todas as reivindicações justamente colocadas em sede da discussão do Orçamento Municipal, nomeadamente dotando as freguesias de recursos para a prestação de serviços públicos em áreas onde a atividade municipal revela visíveis dificuldades e incapacidades.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, em resposta ao Senhor Deputado Municipal, respondeu o seguinte: “O Senhor Deputado Avelino Antunes fez referência na sua primeira intervenção ao comportamento da Presidente da Assembleia Municipal enquanto Presidente da Câmara Municipal, essa interpelação exige naturalmente em nome da minha consciência e da transparência uma explicação que não é nem mais nem menos que a explicação que já dei no passado. -----

O Senhor Secretário Geral do PS, António Costa, tem hoje uma mensagem muito positiva e que eu admiro em particular e que sempre defendi, que é: *“Trabalhar com rigor para as pessoas”* e aquilo que fizemos no passado, foi isso mesmo. -----

Na minha qualidade de Presidente de Câmara e também de jurista existem normas jurídicas que permitem alterar as cláusulas contratuais, tendo em conta a alteração das circunstâncias. Ora bem, se o legislador permite essa

AA
Paly



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possibilidade, pergunta-se: “Quais são as condições em que com a alteração das circunstâncias se podem alterar as cláusulas contratuais?” E as cláusulas contratuais são todas, dizem respeito a todas. -----

Na minha opinião e salvo melhor opinião o que se colocou então, foi que face à possibilidade que a Lei faculta de em função da alteração das circunstâncias devidamente justificadas e comprovadas, que permitam demonstrar que há uma alteração das circunstâncias. Foi isso que ficou demonstrado e abundantemente provado na redução das rendas que aprovámos na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal e mantenho que são posições fundadas e considero que não estão eivadas de ilegalidade. E se alguém considere que estão eivadas de ilegalidade tem obrigação de as remeter à Inspeção de Finanças para que verifique e para remeter para o Tribunal para que sejam anuladas. O Estado de Direito e o sentido de responsabilidade funcionam desta forma, com o devido respeito por outras posições. -----

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Em relação à intervenção dos Senhores Munícipes eu quero referir que nesta casa se discutem os problemas deste concelho, mas há situações que não nos dizem respeito, embora nós possamos ter uma opinião política. -----

Acho que esta situação se arrastou demais, há aqui questões jurídicas e tem que ser a Câmara e os arrendatários a resolver de boa-fé. -----

A CDU diz que teve sempre vontade de reduzir as rendas, acrescentar que o PSD não é contrário a que haja rendas reduzidas. -----

Eu vejo gastar dinheiro em festas pequenas e grandes, todos querem, mas acho já excessivo, e depois existem casos que já somos irredutíveis e não fazemos um

AA Paly
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esforço por alguém que em tempos, manter em atividade quem já fez um esforço nesta terra para que se evolua e seria sempre para o interesse de todos. Relativamente ao arranjo do Mercado Municipal, pretendo saber o ponto da situação sobre o Regulamento porque acho que está por fazer. Em que ponto se encontra? O que falta regulamentar? -----

Há dias dois taxistas foram multados porque estavam fora da Praça de Táxis, porque a Câmara tem mais licenças passadas do que lugares para viaturas de táxis. Gostava também de ser informado sobre isso. -----

Numa Assembleia questionei ao Senhor Presidente o que se passava com os parquímetros e como na altura me informou que estava a resolver o problema, gostava de saber qual o ponto de situação. Também gostava de saber o que se passa com o protocolo das residências do Montepio, creio que está por cumprir.

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, disse: “Tendo em conta a nova situação do Mercado Municipal e que está no site da Câmara Municipal o Regulamento é de 1993, face ao novo enquadramento e face à abertura e aos horários diferentes que há hoje em dia, se isso implica ou não alteração ao regulamento do Mercado Municipal. -----

Sobre a questão das rendas, vamos analisar a documentação que nos foi entregue e com base vamos analisar para futuramente ter a opinião fundamentada.”-----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Sobre o abaixamento de rendas e as incongruências entre o então Vereador Nuno Canta e o Presidente Nuno Canta em votar favoravelmente o abaixamento de rendas, isso já aqui foi exaustivamente explicado. -----

Handwritten signature in blue ink.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nós relativamente às rendas das concessões sempre fomos pelo abaixamento agora, o que é facto é que nós após a primeira alteração que fizemos e foi aqui aprovado por esta Assembleia Municipal e a proposta que o Senhor Deputado Avelino Antunes votou aqui nesta Assembleia Municipal tinha duas partes: uma primeira que era o abaixamento e uma segunda parte da proposta que dizia que no final desse período de abaixamento tinha que repor as rendas. -----

O que a Câmara Municipal na altura fez foi cumprir integralmente a proposta que então o Vereador Nuno Canta aprovou e que o Senhor também aprovou. Foi com isso que nos tivemos de confrontar no início de 2014, e assim também no início de 2014 apresentámos aos Senhores Deputados de modo a que nos habilitasse e que pudessemos continuar a fazer um abaixamento de 25% nas rendas de concessões. O que é facto é que esse parecer jurídico, justifica o contrário, e é um parecer isento. -----

Esse parecer claramente indica que nós temos dificuldades de enquadramento jurídico de voltar a baixar as concessões de renda. Nós ainda assim arriscámos. A proposta que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal dizia que tinha que haver atualização das rendas e que se tinha que aplicar a atualização da renda que não foi aplicada no ano anterior. Assim, fizemos claramente um congelamento dessa atualização e fizemo-lo por dois anos. -----

Não está aqui em causa a vontade política de querer baixar ou subir, o que está aqui em causa é cumprir uma legalidade. Se vamos fazer um abaixamento há aqui claramente um risco e quem assume esse risco é o Presidente da Câmara Municipal e eventualmente numa inspeção quem tem de repor o dinheiro é o Presidente da Câmara Municipal. -----

Este é o enquadramento legal, objetivo e claro. -----

AA Palg

CH



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto ao Voto de Protesto, acho que isso é uma visão do PCP/CDU e vocês não conseguem suportar o erro de terem votado contra o orçamento municipal para 2015, nem sequer deram a possibilidade com a abstenção de que esse orçamento venha a ser executado, ao votar contra veem agora como é evidente com estas dificuldades. -----

Quem é que a CDU pensa que está a enganar? Toda a gente sabe que votaram contra e que a situação se pode resolver se viabilizarem o orçamento. Nós faremos sempre as revisões necessárias e legais a tudo isto. -----

Quanto às questões colocadas sobre o Regulamento do Mercado Municipal, o Mercado Municipal tem obviamente um regulamento que gere o Mercado e em particular as áreas de concessão do Mercado que estão no interior. Isso tem um horário, tem um regulamento que funciona com o fecho, tal como o regulamento indica a determinadas horas, a abertura dos principais portões do Mercado Municipal. Continua a funcionar, como sabem, tudo o que tem porta para a rua, a funcionar para lá desse horário e foi sempre assim. O regulamento do Mercado Municipal está a funcionar e os talhos também, sem qualquer violação do regulamento, porque têm porta para a rua. Relativamente à necessidade de atualização do regulamento, nós temos obviamente que atualizar o regulamento e enquadrá-lo melhor, mas não tem ver com esta situação específica do funcionamento e do horário. -----

Quanto aos taxistas estacionados na praça, nós temos mais táxis do que lugares na Praça da República, porque são taxistas que vêm de outras praças, porque têm praça dupla ou seja Montijo e outra localidade e face às dificuldades, todos vêm ao centro do Montijo. A Câmara Municipal já fez um ajuste relativamente à praça de táxis, reduziu o estacionamento de cargas e descargas de modo a que

AA
Pab



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ficasse ainda mais espaço para os taxistas. -----

Relativamente aos parquímetros, estes estão a funcionar e estamos a aumentar a fiscalização. -----

Quanto à questão do protocolo das Residências Montepio, tendo em conta o protocolo que a Câmara Municipal assinou, é necessário termos um espaço verde envolvente às residências. Este espaço verde, no ano de 2014, não estava previsto em Orçamento, mas, como já referi aos senhores líderes de bancada, aquando da discussão do Orçamento para 2015, que este espaço verde estava previsto para 2015. Como se sabe o PSD votou contra o Orçamento Municipal de 2015, impedindo assim de cumprir este processo. O que está previsto no protocolo é que a Câmara Municipal tem que executar e depois o Montepio transfere a verba para a Câmara, para pagar a obra. -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “A CDU não engana os Montijenses, quem engana os Montijenses é quem se contradiz constantemente e acabou de fazê-lo agora nesta casa, ao dizer há pouco, que não pode fazer porque não tem o orçamento aprovado. O senhor Presidente sabe que pode fazer revisões, portanto umas vezes diz que sim, outras vezes diz que não e infelizmente é esse o seu comportamento, a sua atitude de “catavento”, estar sempre a dizer que votámos contra o orçamento, mas nunca diz que nós inicialmente, dando o benefício da dúvida ao senhor Presidente, votámos favoravelmente o primeiro orçamento do seu mandato, mas as suas respostas e o seu comportamento tem sido sempre em sentido contrário. -----

Quero ainda referir que nós sabemos e todos temos memória do que foi ou não

AM Pely
47



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi aprovado nesta casa e em relação às rendas quero dizer-lhe que na altura, quando a senhora Presidente da Assembleia era Presidente da Câmara eu disse nesta casa que estávamos de acordo e quando amanhã houver uma situação que seja justificada, igualmente às que estamos a aprovar aqui, terá o mesmo tratamento. O senhor Presidente da Câmara, primeiro quando falou sobre o congelamento das rendas, disse que podia haver um aumento e depois de aumentar as rendas é que fez o congelamento. Depois de analisar os documentos, a CDU assume novamente o compromisso que vamos trazer novamente a esta casa a proposta para que os comerciantes tenham o mesmo direito que os outros comerciantes tiveram.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alcídio Torres (PS)**, no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO POLÍTICA**, cujo teor se transcreve: -----

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Senhores Múncipes; -----

As primeiras eleições livres para o poder local em Portugal realizaram-se no dia 12 de dezembro de 1976. Passados praticamente 39 anos sobre esta data histórica é altura de partilhar hoje algumas ideias e caminhos que o Poder Local pode e deve trilhar nos próximos anos, com vista a uma gestão autárquica mais inovadora e distinta daquela que foi seguida nas últimas 4 décadas. -----

Ao longo da história o municipalismo foi sofrendo evoluções que sem destruir a sua génese e espírito, lhe conferiram novas e importantes atribuições no processo de crescimento e desenvolvimento económico. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas esta evolução e desempenho, não o podemos esquecer, aconteceu quase sempre em contextos de limitação global dos recursos financeiros e de condicionalismos resultantes da doença infantil do centralismo, cujos resultados, todos concordamos, se traduziu num claro atentado à autonomia do Poder Local. -----

Mesmo assim e, principalmente após a realização das primeiras eleições autárquicas livres em Portugal, o Poder Local transformou a face do país, combatendo, entre outros, os gigantescos défices de infraestruturas, equipamentos, abastecimento de água, saneamento, habitação social. -----

Passados quase 40 anos, o Poder Local está hoje confrontado com novos e diferentes desafios, mais ajustados às necessidades atuais dos territórios e das suas populações. -----

A vivência autárquica das últimas décadas ensina-nos que a modernização da administração central e local é, em primeiro lugar, um desafio cultural. -----

E por que razão é um desafio cultural? -----

Porque a experiência e o conhecimento ensina-nos que não basta alterar normas por decreto, alterar regulamentos, ou reorganizar serviços municipais para garantir a excelência na prestação do serviço público. -----

Vivemos tempos em que o combate contra as desigualdades de rendimentos e de riqueza, pela criação de mais e melhor emprego deve estar no centro da gestão autárquica. -----

A grande interrogação que se coloca hoje a um poder local, que se quer moderno e na vanguarda do desenvolvimento e da modernidade é a seguinte: --

Perante a complexidade dos desafios do desenvolvimento sustentável e integrado, perante a necessidade de criar mais e melhor emprego estará o

AA Pele
V1



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Poder Local em condições de satisfazer as exigências, as aspirações e as necessidades da sociedade atual? -----

Satisfazer esta interrogação só é possível se respondermos a 6 perguntas muito concretas. Só a partir daí podemos saber se o poder local está ou tem estado à altura de tamanho desafio. -----

Vamos, então às perguntas: -----

1 – Quantas autarquias apostam na Educação para o Empreendedorismo com vista à criação de uma nova geração de emprego local, nomeadamente nas áreas da economia verde, da criatividade e da inovação social? -----

2 – Quantas autarquias elaboram Planos de Ação Integrados em articulação com os Planos de Ação de Energia Sustentável (Pacto dos Autarcas)? -----

3 – Quantas autarquias promovem a acessibilidade local e internacional das cidades e a rede de tecnologias de informação e comunicação como componentes essenciais da mobilidade inteligente? -----

4 – Quantas autarquias planeiam as grandes infraestruturas ou equipamentos nos seus territórios de forma integrada, ou seja avaliando os impactos reprodutivos que tem, por exemplo, a instalação de um aeroporto no território concelhio em áreas tão distintas como a saúde, a qualidade de vida, a cultura, a habitação, a segurança, os transportes, a energia, o urbanismo, o ambiente, a educação? -----

5 - Quantas autarquias utilizam a diplomacia económica para fazer dos municípios pivots e parceiros do tecido empresarial local e promover a oportunidade de encontros e debates com agências de investimento? -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6 – Quantas autarquias se associam às universidades, de forma a potenciar a formação de capital humano na criação de conhecimento e na articulação necessária com as empresas? -----

Senhoras e Senhores deputados; -----

Se respondermos com honestidade a estas interrogações, concluiremos que são muito poucas as autarquias que planeiam de forma integrada o processo de tomada de decisão e muitas menos as que envolvem os cidadãos na conceção, execução e avaliação dos programas e das políticas públicas. -----

Sabemos que, além do mais, as autarquias ainda vivem submersas num passado de resolução dos problemas básicos das populações, mas hoje estão confrontadas com os novos desafios do empenho. Por outras palavras, os municípios parecem ser hoje demasiado grandes para os pequenos problemas da vida e demasiado pequenos para os grandes problemas da vida. -----

E parafraseando Edgar Morin é como se nos “encontrássemos na agonia de um mundo que não consegue nascer porque nos encontramos na agonia de um mundo que não consegue morrer”. -----

A possível decisão de avançar com o aeroporto low Cost na Base Aérea do Montijo implica, por exemplo, que para além do Caderno de Encargos já apresentado pelo município, seja feito um planeamento municipal complementar suscetível de potenciar a instalação deste equipamento. -----

Aos 4500 postos de trabalho indiretos eventualmente criados por via do Low Cost podem juntar-se muitos mais desde que optemos por um ordenamento económico e social concelhio capaz de complementar as sinergias criadas pela nova infraestrutura. -----

Senhoras e Senhores deputados; -----

AA Paly
9/1



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ao poder Central cabe criar as melhores condições para o desenvolvimento e a criação de emprego, mas nunca jamais e em tempo algum pode utilizar os dinheiros públicos para aprofundar a divisão e as desigualdades entre regiões. -- Vem isto a propósito de um artigo que li esta semana no Jornal Negócios e que me deixou estupefato. -----

A notícia é esta: Em 2016, e pela primeira vez, o OE vai distribuir cerca de 5 milhões de euros pelas 18 comunidades intermunicipais (não pelos municípios) que tenham melhorado a sua performance no indicador sintético de desenvolvimento regional. -----

Os dados do INE relativos a 2012 e 2013 permitem concluir que 18 das 23 comunidades intermunicipais vão receber um acréscimo de verbas. Mas só uma -- A região de Leiria -- vai receber a maior fatia do bolo. -----

Mas sabem de onde vem o dinheiro para este prémio de desempenho? ----- 0,25% é retirado ao FEF das autarquias locais e os outros 0,25% ao IRS dos municípios que reverte para as câmaras. -----

Ou seja, em vez de distribuir os dinheiros públicos em função de uma maior equidade na coesão económica e social o governo opta por premiar as comunidades intermunicipais (com dinheiro das autarquias) com base em critérios técnicos e não de coesão social e territorial. -----

Em linguagem simples, o guião do filme pode ser assim descrito: Temos duas pessoas à nossa frente, uma letrada e rica e outra pobre e com poucas habilitações. Às duas é feita a mesma pergunta: Qual o Secretário de Estado da Administração Local? -----

A possibilidade de responder António Leitão Amaro será bem maior por parte do cidadão mais letrado e com outros recursos. Aliás, este último cidadão será,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por certo, o mais interessado em conhecer o governante que se vangloria com esta nova forma de promover (com prémios) o desenvolvimento e a coesão económica e social. -----

Curiosamente e em contraposição com esta nova visão de partilha regional de recursos financeiros, um eurodeputado do PSD (de nome José Manuel Fernandes) em relação à atribuição de fundos comunitários pelas regiões dizia em 2010 o seguinte: “Atribuir uma verba no Norte não é o mesmo que fazê-lo no Porto, em Braga, Guimarães ou Viana. Ou ainda que seja no Vale do Cávado, no Ave ou no Minho/Lima”. -----

Para este eurodeputado, “é inaceitável que regiões com menores índices de rendimento per capita (como é o caso dos vales do Cávado e do Ave) sejam prejudicadas em relação a outras com rendimento acima da média nacional”. --- Não podíamos estar mais de acordo com esta opinião, quando a decisão governamental contraria a metodologia seguida nos países desenvolvidos para promover o desenvolvimento regional harmonioso e sustentável. -----

Pensar que desenvolver um país passa por atribuir prémios de mérito descontextualizados das competências técnicas e científicas desiguais ao nível regional constitui, no mínimo, uma visão minimalista e retrógrada. -----

Para terminar como comecei, reafirmo a ideia de que o poder local deve centrar mais a gestão autárquica numa lógica de desenvolvimento local integrado, equitativo e sustentável, apoiado nas vertentes económicas, social, ambiental, cultural, físico-territorial; político-institucional; científico-tecnológico. -----

O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado em 1990, refere que «a verdadeira riqueza de uma nação é o seu povo». E o objetivo do desenvolvimento é criar um ambiente que permita às pessoas beneficiar de

Ata Reg
91



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma vida longa, saudável e criativa. Este pensamento simples mas com enorme significado é muitas vezes esquecido quando se equaciona a criação de riqueza. Compete ao Poder Local ter este pensamento bem presente e em lugar de destaque no processo de formulação, execução e avaliação das políticas públicas.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Mário Baliza (CDU)**, no uso da palavra, disse: “A minha intervenção é sobre o Montijo limpo, que tanto se fala, na Avenida Adriano Correia existe uma autêntica lixeira, por várias vezes se contactou a Câmara Municipal, para a sua limpeza, ao que respondem que as canas é propriedade particular, não compete à Câmara, mas, as canas já estão na via pública e estão a levantar o alcatrão e estão muito perto dos sumidouros. Solicito a remoção das canas e a eventual limpeza.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra, disse: “A questão que quero colocar é se estará o Montijo preparado para todos? Foram contemplados os invisuais e os deficientes motores que cá moram ou que venham a vir pelas Festas Populares de S. Pedro? -----

Para contextualizar as dificuldades que os mesmos se deparam, temos dois tipos de tipologia de acessibilidades e mobilidades, tipologias de barreiras, que se podem dividir em barreiras urbanísticas, que são barreiras fixas e barreiras móveis. As barreiras fixas assumem uma resolução mais difícil, um trabalho mais profundo e um maior esforço financeiro. As barreiras móveis são mais complexas, pois exigem uma constante mobilidade e a sua localização origina por parte de algumas pessoas portadoras de deficiência uma reestruturação dos seus percursos. Alguns exemplos de barreiras urbanísticas são as árvores e



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caldeiras, abrigos para transporte públicos, armários de luz, boca-de-incêndio, bolas de cimento e prumos, contentores de lixo, etc. Além destas existem as barreiras móveis que é o estacionamento abusivo, a iluminação de festas e romarias, tapumes ou esplanadas. -----

Estando em altura de festas é muito frequente a colocação de publicidade e divulgação de eventos, este tipo de elementos assumem obstáculos à circulação e à mobilidade pedonal, sobretudo para pessoas com deficiência. -----

A Câmara Municipal tem algum manual de orientação de técnicas de acessibilidades e mobilidades para deficientes nesta altura, isto é aplicável ou não aplicável?" -----

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Joaquim Batalha** (CDU), no uso da palavra, leu uma **RECOMENDAÇÃO**, cujo teor a seguir se transcreve: “Há já quase quarenta anos que são realizadas análises técnicas sobre possíveis localizações alternativas para a construção de um novo aeroporto internacional para Lisboa. Com efeito, embora sejam referenciadas missões de estudo prospetivas em anos anteriores, pode considerar-se que este processo teve início com a criação, em 1969, do Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa (GNAL), tendo por objetivo “empreender, promover e coordenar toda a atividade relacionada com a construção do Novo Aeroporto de Lisboa” (Decreto-Lei nº 48902, de 02 de março de 1969). -----

Conforme consta de relatório do referido Gabinete publicado em 1972, os estudos preliminares conduzidos neste período indicaram como possíveis localizações quatro zonas situadas na Margem Sul do Tejo (Fonte da Telha, Montijo, Porto Alto e Rio Frio), tendo também sido considerada uma quinta

ATA Paly
47



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

zona (Lisboa – Portela de Sacavém), à qual, contudo, se atribuíram graves inconvenientes resultantes de (cita-se) “se encontrar praticamente dentro da cidade e não se vislumbrar qualquer hipótese de expansão”. -----

A hipótese de localização na zona da Ota surgiu em estudos promovidos pela ANA, realizados entre 1978 e 1982, apresentando-se como sendo a mais viável na Margem Norte do Tejo; o que se manteve em todas as avaliações realizadas desde então. -----

A localização na zona do Campo de Tiro de Alcochete (CTA) nunca foi considerada como possibilidade alternativa na Margem Sul, atendendo, presumivelmente, ao facto de ter uma utilização restrita a fins militares e à relevância que nessa Margem foi, desde cedo, atribuída à localização em Rio Frio. As referências que, nos estudos, foram feitas ao CTA incidiram apenas na hipótese da sua desativação em consequência de opções por zonas localizadas na sua proximidade, entre as quais a de Rio Frio. -----

Em 1998 foram realizados estudos comparativos para duas localizações alternativas nas zonas da Ota e de Rio Frio. Estes estudos incluíram, para cada uma das zonas, um estudo preliminar de impacte ambiental (EPIA), integrando diferentes componentes (operacionais, económicas, sociais e ambientais), em conformidade com uma decisão do Governo, fundamentada na Lei de Bases do Ambiente, justificando a realização, nesta fase, de um procedimento de AIA para localização do NAL, pela natureza, características e dimensão do empreendimento em causa. -----

A avaliação destes estudos e da consulta pública foi efetuada por uma Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental (CAIA), constituída por Despacho Conjunto (n.º 682/98, de 22 de setembro) do então Ministro do Equipamento,

AA
Feb



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Planeamento e Administração do Território e do Ministro do Ambiente. No parecer emanado por esta Comissão, homologado em julho de 1999, concluía-se, no referente à seleção das alternativas, ser a localização do NAL na zona da Ota menos desfavorável do que em Rio Frio, por esta apresentar graves condicionantes que podiam pôr em causa a sua sustentabilidade por razões ambientais. -----

Em julho de 1999, com base neste parecer, o Governo, através dos referidos Ministros, tomou a decisão de selecionar a zona da Ota para localização do NAL. Esta decisão baseou-se na conclusão de que a localização em Rio Frio constituiria um sério risco de provocar danos “não minimizáveis, irreversíveis e não compensáveis”. -----

Em 22 de novembro de 2005, num Seminário promovido pela NAER, foram apresentados publicamente os resultados de diversos estudos de reavaliação, realizados por consultores nacionais e internacionais que emitiram pareceres, nomeadamente, sobre a viabilidade de manutenção do aeroporto da Portela através da sua possível expansão ou da sua utilização em simultâneo com outro aeroporto na zona de Lisboa. -----

Estes pareceres salientaram a inviabilidade da expansão do aeroporto da Portela para satisfação das necessidades resultantes do acréscimo de tráfego aéreo e que soluções baseadas nos aeroportos de Alverca e Montijo não ofereciam benefícios e não permitiam o prolongamento da vida útil do Aeroporto da Portela, concluindo que a adoção de soluções baseadas em dois aeroportos em Lisboa era indesejável do ponto de vista comercial e de custos, recomendando o abandono do Aeroporto da Portela uma vez iniciada a exploração do NAL. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
Paly
H

No final de 2005, o Governo, tendo em conta os referidos estudos, anunciou a decisão de avançar com a construção do NAL na opção de localização na zona da Ota, atentas as limitações do Aeroporto da Portela face às previsões de aumento do tráfego aéreo e por forma a dotar o País de uma infraestrutura aeroportuária com características modernas, com grande capacidade e qualidade de resposta, no âmbito de uma estratégia nacional para o setor dos transportes e do transporte aéreo em particular. -----

Em resultado da apresentação ao Governo, pela Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), de um novo estudo (Avaliação Ambiental de Localizações Alternativas para o Novo Aeroporto de Lisboa), realizado sob a coordenação do Instituto do Ambiente e Desenvolvimento (IDAD), o Governo entendeu que esta hipótese de localização do NAL situada na zona do Campo de Tiro de Alcochete (CTA), que não fora estudada anteriormente, deveria merecer uma apreciação mais aprofundada, de forma a comprovar a sua viabilidade e, se tal se confirmasse, a compará-la, do ponto de vista técnico, com a opção anteriormente tomada. -----

Em 12 de junho de 2007, O Governo decidiu mandar o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P para, “no âmbito da respetiva liberdade de investigação e autonomia técnica, elaborar um Estudo que proceda a uma análise técnica comparada das alternativas de localização do Novo aeroporto de Lisboa, na zona da Ota e na zona do Campo de Tiro de Alcochete. -----

Em 30 de julho de 2007, o Ministério da Defesa Nacional (MDN) informou o LNEC que, quanto à possibilidade da eventual localização do NAL na zona do CTA, “... se o superior interesse nacional assim o determinar, o Campo de Tiro de Alcochete (CTA) poderá ser utilizado para implementação do Novo Aeroporto de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lisboa". -----

Estudos estratégicos de 2007 proporcionaram a inversão da decisão sobre a Ota em favor de Alcochete. -----

Um estudo financiado pela Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) identificou um novo sítio com potencial para acolher a localização do novo aeroporto que evitaria muitos dos problemas identificados na Ota. Perante essa situação, o Governo promoveu uma avaliação estratégica comparada entre as duas localizações, concluindo que Alcochete era efetivamente uma localização preferível à da Ota, o que levou à mudança radical na sua decisão anterior. -----

Em finais de 2014 e primeiro semestre de 2015 coloca-se como hipótese o aeroporto "low-cost" utilizando algumas infraestruturas da BA6 no Montijo: -----

NÃO SERÁ, ASSIM, ESTRANHO QUE ATENTOS OS FACTOS DESCRITOS, OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS QUE VINCULAM A POSIÇÃO DE MONTIJO SE TENHAM JÁ PRONUNCIADO SOBRE ESTA MATÉRIA. -----

- A Câmara Municipal de Montijo tem uma posição legal tomada sobre o Aeroporto (vide atas); -----
- A Assembleia Municipal de Montijo tem a sua posição legal tomada sobre o AEROPORTO. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Montijo, no desenvolvimento da sua DELIBERAÇÃO, RECOMENDA à Câmara Municipal de Montijo: -----

Que relativamente a todas as posições que tomar no caso do NOVO AEROPORTO DE LISBOA, tenha em consideração os seguintes **fatores críticos de decisão** (FCDs) todos com a mesma importância relativa, avaliados no contexto estratégico do PEDEPES: -----

1. **A Segurança, eficiência e capacidade das operações do tráfego aéreo;** ---

AA Paly
41



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. **A sustentabilidade dos recursos naturais e riscos** (fator crítico de decisão que abrange os recursos água e solo, este último na perspetiva geotécnica, bem como, ainda: as análises do risco de cheias, do risco de erosão, do risco sísmico e do risco de afetação do ruído); -----
3. **A conservação da natureza e biodiversidade** (na ótica da conservação da natureza e da biodiversidade, pois a implantação deste tipo de infraestruturas tem essencialmente desvantagens, devido à profunda artificialização do território; que nesta matéria atente em que alguns dos impactes são inevitáveis e irreversíveis, decorrendo das alterações físicas provocadas nos locais de implantação da infraestrutura aeroportuária e das novas rodovias e ferrovias. Que preveja, ainda, uma multiplicidade de impactes adicionais indiretos na região envolvente, induzidos pela reorganização das atividades no território e pelas prováveis alterações dos usos do solo); -----
4. **O sistema de transportes terrestres e acessibilidades** (que satisfaça bem o critério de sustentabilidade do sistema de transportes, i.e., possibilite uma boa integração no eixo fundamental da alta velocidade e na rede ferroviária nacional, assim como na rede ferroviária da AML, potenciando qualquer delas uma repartição modal eficiente nos acessos); -----
5. **O ordenamento do território** (satisfazendo, no essencial, os grandes objetivos estratégicos inscritos no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT): “Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global”; “Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas

AA [Signature]



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nacional, regional e local”; Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conetividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global”; -----

6. **A competitividade e desenvolvimento económico e social** (o Aeroporto deve ser enquadrado no desenvolvimento da região de Lisboa, situando-a no contexto europeu, ibérico e nacional, tendo em conta o PEDEPES, e analisando a sua organização e dinâmica de evolução). -----

7. **A avaliação financeira** (a interligação entre a Análise Custo Benefício (ACB) e a Avaliação Estratégica (AE) que exige uma interação interdisciplinar. -----

8. **A avaliação estratégica, sem o que nenhuma nova posição deva ser emitida pelo Município**, estruturada segundo os sete fatores críticos de decisão (FCD, que inclui: -----

8.1 **Um diagnóstico seletivo da situação passada, presente e futura para cada critério de avaliação**, recorrendo a indicadores descritivos e analisando os diferentes aspetos numa ótica relativa; -----

8.2 **A quantificação/qualificação dos indicadores/variáveis**, comparando em relação aos efeitos ambientais (sensu lato), tendo em atenção, igualmente, os requisitos da análise custo-benefício (incluindo externalidades). -----

8.3 **Do ponto de vista do direito ambiental – nacional, internacional e comunitário – verifique a ponderação de fatores ecológicos e ambientais tendentes a uma decisão criticamente justa**. Que a este nível atente que o direito europeu estabelece requisitos claros de autorização

Amaly
OK



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de projetos suscetíveis de conflitar, em maior ou menor grau, com as zonas classificadas, daí que deva exigir que os estudos sejam desenvolvidos por forma a fazer prova da inexistência de alternativas e da absoluta necessidade do empreendimento, em função de razões imperativas de reconhecido interesse público. -----

9. **A avaliação estratégica e sistémica da configuração global dos grandes projetos de investimento em infraestruturas de mobilidade** por forma a garantir que se alcança um grau adequado de coerência e articulação, maximizando sinergias e minimizando custos, entre os projetos pensados em diferentes épocas e em diferentes lógicas de desenvolvimento; -----
FINALMENTE E AINDA:

10. Que se considere, sempre como CONTEXTO ESTRATÉGICO E ENQUADRAMENTO DE DECISÃO, O PEDEPES.” -----

O senhor **Deputado Municipal – João Figueiredo (PSD)**, no uso da palavra, disse: “A minha intervenção é acerca do NAL – Novo Aeroporto de Lisboa, que será desenvolvido na BA6 – Base Aérea nº 6 e sobre o “famoso” Caderno de Encargos” que o senhor Presidente da Câmara diz que já entregou à ANA – Aeroportos de Portugal, como medidas territoriais a desenvolver no Montijo. --- Estudos, é o que à mais no nosso país e foram esses estudos que apontaram a urgência de fazer um TGV, que fizeram deste país, um país cheio de autoestradas sem ninguém e desenvolver soluções megalómanas, nomeadamente, infraestruturas aeroportuárias, como por exemplo o de Beja, que está parado. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esses estudos apontavam que a Portela iria esgotar a sua capacidade, entretanto verifica-se através de declarações da ANA à Comunicação Social, é que no último ano, no mês de agosto, a Portela teve dois milhões de passageiros e neste momento a Portela só está a utilizar a sua capacidade a 60%, ou seja, se a Portela tivesse todos os meses do ano dois milhões de passageiros, como teve em agosto e funcionou, já teriam aqui uma capacidade de vinte e quatro milhões de passageiros. Neste momento o que o Presidente da ANA afirma, é que a sua capacidade da Portela está entre trinta e um a trinta e dois milhões de passageiros por ano, mas o que está assinado no contrato de concessão com o Estado Português, é que quando a Portela atingir vinte e dois milhões de passageiros por ano, à uma obrigação do concessionário começar a estudar soluções adicionais complementares ao aeroporto de Lisboa. -----

Relativamente à questão de transformar a BA6 num aeroporto complementar, primeiro gostaria de felicitar o senhor Presidente Nuno Canta, por finalmente e ao fim de vários anos, concordar com a posição defendida desde sempre pelo PSD e hoje ser favorável à transformação da BA6 Montijo em aeroporto complementar de Lisboa, um investimento no concelho do Montijo e gerador de milhares de empregos. -----

No entanto, não posso deixar de realçar, a incoerência das suas posições que de facto ao longo dos anos são uma constante e reitero as suas declarações patentes na ata da Câmara Municipal de 16 de novembro de 2011 e passo a citar: *“localizar um aeroporto comercial num determinado local não é fácil, por exemplo a BA6 não pode operar no ponto de vista comercial ao mesmo tempo que a Portela, porque as rotas coincidem umas com as outras. O que é sério é defender o local, onde pode e deve ser feito e pode ser feito Portela + 1 em que*

AA Paes
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pode ser o aeroporto de Beja, já lá está feito à espera que se utilize para low-cost, estão as infraestruturas feitas, pagámos com participação europeia, se enveredarmos por experimentalismos é uma situação que ficará para sempre e nunca mais será resolvida..." Senhor Presidente, experimentalismos é o que caracteriza as governações socialistas em que avançam com avultados investimentos públicos, sem estudos sérios que sustentem esses projetos, como é o caso do próprio aeroporto de Beja, pago com o dinheiro de todos nós, sendo hoje um "elefante" no meio do Alentejo, fechado há vários anos, sem que qualquer empresa tenha interesse em voar para lá. -----

Mas voltando ao Montijo e às suas declarações da impossibilidade de ser complementar ao de Lisboa, eu relembro que em virtude desta tomada de posição foi o próprio PSD que trouxe vários técnicos ligados ao setor aeronáutico e da própria ANA, a uma sessão de esclarecimentos à população em 2012, em que ficou demonstrado que o Montijo não só pode perfeitamente funcionar complementarmente a Lisboa como é a solução desejada pelo setor aeronáutico português. Muito nos congratulamos por finalmente esta ser uma solução desejada pela Câmara Municipal do Montijo. Agora, o que a bancada do PSD não pode aceitar é que o senhor Presidente unilateralmente, sem qualquer consulta à população, aos Vereadores da oposição e a esta Assembleia Municipal, elabore e entregue um documento á ANA com as medidas territoriais que pretende e que sejam desenvolvidas no Montijo na sequência da instalação do aeroporto. Um documento desta natureza é da maior importância para a sustentabilidade futura da cidade do Montijo, terá impacto estratégico no rumo do desenvolvimento que será seguido ao longo das próximas gerações, pelo que é incompreensível a forma autista da sua elaboração. Indigna-me esta

AA Paz



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua conduta, mas não me espanta minimamente, porque se passou exatamente o mesmo com a Reabilitação Urbana definida para a cidade, que eu próprio alertei na última Assembleia Municipal. -----

Isto é típico do senhor Presidente que tem um estilo ditatorial e antidemocrático, que tem umas ideias luminosas, coloca os serviços da Câmara a fomentar as suas ideias, fecha os documentos sem qualquer participação democrática da oposição e sem qualquer envolvimento da população. Mas este caso é ainda mais grave, eu questiono mesmo a legitimidade política e legal da entrega deste documento por parte do senhor Presidente da Câmara à ANA. Eu relembro que consta no site da Câmara Municipal uma declaração política, da então senhora Presidente, Dra. Maria Amélia Antunes, de 31 de outubro de 2012, da posição da Câmara Municipal que é contra este investimento no Montijo. Por outro lado, em termos legais as medidas com impacto significativo ao nível do ordenamento do território, como é este o caso, legalmente a Câmara Municipal está condicionada às propostas para votação da Assembleia Municipal. Mas, senhor Presidente, mesmo que não estivesse obrigado a fazê-lo, a mais elementar conduta democrática, deveria levá-lo a ter essa atitude. O que fez, foi uma profunda falta de respeito por este órgão soberano e democraticamente eleito pela população. -----

Quanto ao Caderno de Encargos, confesso que por várias vezes o li e voltava à capa, para ver se estas eram as medidas por implementação do aeroporto ou se eram as mediadas por transferência dos barcos do Cais dos Vapores para o Cais do Seixalinho. O que está aqui, mais não é, que um conjunto de promessas falhadas feitas à população ao longo dos últimos anos, pela governação socialista no Montijo e que a Câmara Municipal nunca teve qualquer capacidade

AA
Feb
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e habilidade de as executar, como são por exemplo o caso da Circular Externa ou a Frente Ribeirinha. Isto não é um Caderno de Encargos. Apesar de ser típico dos governantes socialistas avançar com elevados investimentos públicos, com base nestes documentos, os portugueses não aceitam mais esta falta de seriedade nos dinheiros públicos, até pensei que este tempo de irresponsabilidade tinha terminado com o fim da governação de José Sócrates. – Tempos como o de hoje, as Câmara Municipais não podem assumir um papel bloqueador, têm antes de adotar uma atitude visionária democrática, assumindo um papel colaborante e dinamizador do investimento, tendo igualmente de envolver a população, assim como todos os órgãos democraticamente eleitos, por essa mesma população. O senhor Presidente foi eleito por uma maioria de votos absolutamente mínima, não pode continuar a agir unilateralmente em assuntos de importância estratégica para o futuro desta cidade.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Vítor Balegas (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **MOÇÃO**, intitulada **EXIGIR O FIM DAS LIMITAÇÕES À CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES**, que se passa a transcrever: -----

“Integrado num processo de limitação clara da autonomia constitucionalmente consagrada do Poder Local Democrático, as autarquias locais foram confrontadas, particularmente de 2010 a esta parte, com sucessivas exigências legais de redução do número dos seus trabalhadores, às quais se somaram restrições efetivas à contratação de novos recursos humanos. -----

Como consequência, o Poder Local Democrático perdeu em quatro anos mais de 17.000 trabalhadores. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Orçamento de Estado para 2015 prolonga, de forma inaceitável, este percurso: -----

- a) Continuando a impor reduções do número de trabalhadores que podem chegar a 3%) a vários Municípios; -----
- b) Limitando a contratação nos restantes a critérios cuja confrontação com a realidade redonda numa efetiva proibição de contratação. -----

Em consequência deste processo, perdeu-se experiência, capacidade de resposta e qualidade no serviço público prestado. -----

Confrontam-se hoje as estruturas autárquicas com as consequências do não rejuvenescimento: a não transmissão de conhecimentos e experiências a novas gerações de funcionários públicos, o aumento de doenças e patologias profissionais associadas ao aumento da idade média dos trabalhadores, uma menor motivação, uma limitação relevante a novas experiências, novas visões e novas dinâmicas. -----

Hipotecou-se, uma vez mais, o futuro. -----

É fundamental reconstruir a capacidade de resposta do Poder Local Democrático às suas competências e às necessidades das populações. -----

Só uma inversão da estratégia político-legislativa de redução e limitação do número de trabalhadores nas autarquias locais permitirá repor capacidade operacional, readquirir experiência e encontrar soluções. -----

A esta inversão, é fundamental que se associem, desde logo no plano legislativo, medidas que contribuam para a construção de políticas de valorização profissional, para a reconstrução de perspetivas de carreira pública, para valorizações remuneratórias claras e para um horizonte de progressão real e aliciante. -----

AA Pal
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

É imprescindível que, na esteira das conclusões aprovadas no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), se opere uma “mudança paradigma” da qual resulte “o reforço da autonomia local, como fator incontestável do desenvolvimento de Portugal e do aprofundamento da democracia”, passando pela revogação das “regras relativas à gestão de recursos humanos, colocando-se um termo às reduções obrigatórias de pessoal e às limitações ao recrutamento de pessoal”.

Nestes termos, a Assembleia municipal do Montijo, reunida a 19 de junho de 2015, delibera:

- a) Exigir o fim de todas as limitações legais à contratação de trabalhadores;
- b) Reiterar a necessidade de construção e afirmação de uma visão do Poder Local Democrático que respeite a sua autonomia e contribua, efetivamente, para a consolidação da sua capacidade de resposta face às necessidades das populações e do país;
- c) Associar-se às conclusões do XXII Congresso da ANMP, demandando uma “mudança de paradigma” da qual resulte “o reforço da autonomia local, como fator incontestável do desenvolvimento de Portugal e do aprofundamento da democracia” passando pela revogação das “regras relativas à gestão de recursos humanos, colocando-se um termo às reduções obrigatórias de pessoal e às limitações ao recrutamento de pessoal.”

A senhora **Deputada Municipal – Nadine Balasteiro (PSD)**, no uso da palavra, colocou uma questão ao Executivo, que se prende com a jardinagem e espaços verdes no concelho, que passo a citar: “É possível verificar em algumas zonas do



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Montijo, a falta de manutenção de espaços verdes, é possível constatar em zonas novas como no Bairro do Areias, Urbanização das Palmeiras, zona nova do Afonsoeiro, o mato com sensivelmente um metro de altura, zonas por regar. Tudo isto, propicia incêndios, como aconteceu nas traseiras do Pingo Doce há pouco tempo. A falta de manutenção dos espaços verdes também leva à desvalorização das habitações. -----

Assim, pergunto ao senhor Presidente da Câmara, já que foi necessário fazer uma contratação de uma empresa externa para colmatar estas deficiências, qual é a análise que o Senhor Presidente faz deste contrato, se esta empresa não tem equipas suficientes e como é feita a divisão dos trabalhos entre os jardineiros da Câmara Municipal e esta empresa?" -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse que uma vez que o senhor Deputado Municipal – João Figueiredo a tinha interpolado, também iria fazer uso da palavra e disse: “Primeiro quero referir que o PS e os seus autarcas não têm falta de seriedade política, eu não lhe admito esse epíteto, os autarcas do PS são politicamente sérios, em segundo lugar referir que de facto em 2012, fizemos uma declaração e somos contra a localização na BA6 e posso fazer-lhe chegar a posição da Câmara Municipal do Montijo em abril de 2012, ao Grupo de Missão quando a Câmara Municipal foi solicitada para se pronunciar sobre a possibilidade da instalação dos voos low-cost na Base Aérea, para de facto perceber a coerência e a honestidade das nossas posições. Hoje, reafirmo que o aeroporto deve ser no campo de Tiro e não uma solução transitória. Esta é a minha opinião, todavia, quem tem o poder de decidir, decide e assume a responsabilidade. Aquilo que fizemos e queremos continuar a fazer é ter

AA Pel
41



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

liberdade de pensar, ter liberdade de sonhar e que os outros também o possam fazer, que se exerça o contraditório, que se enriqueçam as propostas e a democracia.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, em resposta às questões colocadas pelos senhores Deputados Municipais, disse: “Relativamente à questão do senhor Deputado Municipal – Mário Baliza, vou mandar verificar e iremos tentar tratar com a maior brevidade possível. -----

Quanto à questão do senhor Deputado Municipal – Sérgio Vasco, sobre as barreiras móveis, nós não temos um guia, mas, cumprimos as regras com as autoridades que acompanham a montagem da feira das festas, nomeadamente, os Bombeiros, Técnicos de Segurança e Proteção Civil e é sempre salvaguardada a circulação de pessoas com mobilidade reduzida. -----

Quanto à questão do senhor Deputado Municipal – João Figueiredo, que teceu considerações sobre o Presidente da Câmara, que são completamente falsas e são declarações, que eu diria, mesmo, de uma pessoa autoritária, que não sabe respeitar a democracia e não sabe respeitar os órgãos que foram legitimamente eleitos pelo povo. -----

Dizer que somos autoritários, porque tomámos uma decisão ou porque fizemos uma reunião e apresentámos algumas soluções ao Presidente da ANA e que isso não foi discutido com os Vereadores. Mas, apresentamos o documento na Reunião de Câmara, que por acaso o senhor o tem aí à sua frente e foi distribuído a cada um dos Vereadores. O senhor Deputado está a confundir muito as coisas e está a confundir qual é a legitimidade que nós temos, o que cabe claramente ao Presidente da Câmara, à Câmara Municipal e à Assembleia



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal. Isso está definido na lei e aconselho o senhor Deputado a consultar a lei e a perceber as coisas. -----

Relativamente à posição do PS e eu orgulho-me de ser a pessoa que representa o PS no Montijo, a nossa posição foi sempre coerente, honesta e objetivamente transparente. esta infraestrutura não é decidida pela Câmara Municipal, é decidida a nível nacional, pelo Governo e pela ANA. A Câmara Municipal apoia ou desapoia, mas se desapoia não quer dizer que a infraestrutura não venha aqui a ser instalada. Quer um aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete ou quer o que está agora a ser definido na BA6, ambos são no Montijo, por isso temos coerência na defesa do aeroporto no território montijense. -----

A defesa é do aeroporto em território montijense, porque tem um verdadeiro impacto sobre o território, sobre o seu desenvolvimento, o que é importante é termos uma estratégia que permita o investimento na cidade, o crescimento económico e o crescimento do emprego. É isto que eu defendo. -----

Neste momento, já não se discute Portela + 1, o que se discute é um aeroporto com dois terminais, geograficamente distintos, um na BA6 do Montijo e outro na Portela, ou seja, a ideia é que o segundo terminal da Portela, possa operar na BA6 do Montijo. -----

Quanto às questões que estão no Caderno de Encargos, são questões que têm que ser estudadas entre a Câmara Municipal do Montijo e a ANA e são intenções que apresentámos, intenções objetivas, claras e que permitem preparar o território do Montijo para o acolhimento desta infraestrutura aeroportuária." -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA
87

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico** (CDU), no uso da palavra, apresentou uma **PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO DA ALIMENTAÇÃO NAS NOSSAS ESCOLAS**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Considerando que temos recebido críticas e preocupações de vários munícipes sobre a qualidade e quantidade alimentar nos nossos refeitórios escolares; -----

Considerando que se trata de matéria de interesse relevante no desenvolvimento e crescimento das nossas crianças; -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida a 19 de junho de 2015 delibera: ----

A criação de uma Comissão hadoc para acompanhamento da alimentação nas nossas escolas, composta por um eleito de cada grupo, acrescido dos Presidentes de Junta ou União de Freguesia que intervêm na área da sua freguesia.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Cordeiro** (PSD), no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO**, intitulada **A IMPORTÂNCIA DOS JOVENS E DA JUVENTUDE NA EUROPA ATUAL**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“No passado mês de Maio, a JSD Montijo realizou uma conferência “A Importância da Juventude e dos Jovens na Europa Atual”, integrada nas celebrações oficiais da Semana da Juventude, promovidas pelo Município do Montijo. -----

A JSD Montijo, única Juventude Partidária a participar de forma oficial nas celebrações dedicadas aos jovens por parte da Câmara Municipal, promoveu um espaço de debate à volta de uma questão fundamental, a participação dos jovens na construção de uma sociedade europeia, livre, participativa e inclusiva. Para atingir os objetivos, a JSD Montijo convidou para a conferência, o



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eurodeputado Carlos Coelho, o Deputado André Pardal e o Diretor Adjunto do Programa Erasmus+ Juventude em Ação Pedro Reis, que muito enriqueceram o debate em torno de questões fundamentais, como as possibilidades de intercâmbio dos jovens, a educação para a cidadania e a motivação para a cidadania europeia ativa. -----

No debate entre jovens montijenses e os convidados, foram identificados vários problemas na inclusão de jovens na Europa. O maior problema identificado por todos os oradores é a falta de interesse dos jovens para todo o tipo de assuntos relacionados com a cidadania, tanto nacional como europeia, tendo como base de sustento a enorme abstenção nas eleições europeias dos anos anteriores. ---

A JSD Montijo, antes das eleições europeias, realizou uma campanha de combate à abstenção em todo o concelho, onde colocou mais de 12 cartazes com informação relativa à Europa e à União Europeia, de forma a consciencializar os jovens e não só, da importância da sua participação. Não basta apelar à participação dos jovens nas sedes partidárias, fechados em reuniões com Presidentes de Câmara e outras individualidades. É necessário dar a cara pela Europa e pelo futuro dos jovens. A JSD Montijo continuará a ser a grande impulsionadora da cidadania local, nacional, e europeia e conta com todos os jovens montijenses nessa importante tarefa, pois juntos somos mais.”

Ainda no uso da palavra, o senhor **Deputado Municipal – Francisco Cordeiro (PSD)** colocou duas questões ao Executivo Municipal, que passo a transcrever: “Na reunião de câmara de 4 de fevereiro de 2015, o Vereador Vasco Fernandes questionou sobre umas lombas/passadeiras que estão pendentes a alguns anos na Avenida Barbosa du Bocage, na Avenida Fialho Gouveia e no Bairro do Areias.

AA
97



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este problema que foi colocado durante o ano letivo, os alunos da Escola do Areias/Esteval e da Poeta Joaquim Serra, muitos deles fazem um percurso a pé e como é uma descida, muitas vezes acontecem “pequenos” sustos. Quando o Vereador colocou esta questão em reunião de câmara, o senhor Presidente disse que ia averiguar e já se concluiu o ano letivo e seria bom este problema estar resolvido antes do novo ano escolar. -----

A segunda questão é no sentido de saber da possibilidade de colocar mais bebedouros na ciclovia, uma vez que tem bastante adesão, se reparamos o último bebedouro é no esteval e depois até à rotunda que vai para o Pinhal Novo, não existe mais nenhum bebedouro, seria bom colocar mais bebedouros para fazer face às necessidades dos munícipes.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra apresentou uma **PROPOSTA**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Tendo sido a Assembleia Municipal do Montijo, reunida a 19 de junho de 2015, confrontada mais uma vez, através da intervenção de dois munícipes responsáveis pela exploração do Salão de Chá da Quinta do Saldanha, acerca do problema do congelamento e/ou abaixamento de rendas de estabelecimentos comerciais, pagos à Câmara Municipal do Montijo; -----

Verificando-se que, após alargada discussão em sessões anteriores, não se logrou ultrapassar alguns impasses, sejam políticos e/ou legais; -----

Sendo que este órgão municipal não pode ignorar o apelo dos cidadãos, dos munícipes, dignificando uma política de pessoas e para pessoas. -----

Propomos: -----

A criação de um grupo de trabalho composta por um representante de cada

AA Pal



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grupo municipal que deverá desenvolver um estudo, em colaboração com a Câmara Municipal do Montijo, no qual se equacionem claramente as possibilidades legais, as dificuldades e as condições de resolução, orientadas para a possibilidade de ajuda e apoio aos comerciantes nestas situações de dificuldade, em contexto concreto, realista e politicamente sustentável.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Relativamente à questão do salão de Chá, penso que devemos tomar uma posição concreta e de preferência de ajuda aos munícipes, as leis podem ser modificadas, quando assim houver necessidade, tal como o senhor Presidente pode alterar o orçamento da Câmara Municipal, sempre que haja necessidade e fazer as revisões. Nós estamos aqui pelos munícipes e para os munícipes, ficaremos atentos. -----

Quando há pouco ouvi as declarações do PS, fiquei com a sensação que vivia na cidade maravilha, onde inclusive havia dinheiro para tudo, para potenciar o investimento de qualidade na nossa cidade. Será que o Salão de Chá, do Saldanha, não é um investimento de qualidade?” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, respondeu às questões solicitadas pelos senhores Deputados e disse: “Quanto à questão colocada pela senhora Deputada Nadine, referente à manutenção dos jardins, nós ainda não temos em execução o contrato dos jardins e por essa razão a manutenção dos jardins é mantida pelos nossos serviços. -----

Quanto ao incêndio nas traseiras do Pingo Doce, nós muitas vezes somos confrontados com os lotes, em que os proprietários são notificados para proceder à sua limpeza, tal como menciona o Regulamento Municipal e a lei

ATA 04
01



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exige e existem proprietários que o fazem e outros não. Neste caso, o proprietário do terreno situado nas traseiras do Pingo Doce, já tinha sido notificado, não procedeu à limpeza e acabou por acontecer este incêndio. -----

Quanto à questão colocada também pelo PSD, referente às lombas, esta situação foi para avaliação técnica e neste momento aqui, não tenho condições para dar o ponto da situação. Mas, se a informação técnica, for no sentido de colocar as lombas, as mesmas serão colocadas antes do início do novo ano letivo. -----

Quanto à questão dos bebedouros na ciclovia, na realidade existem poucos, é uma situação que já está estudada, mas ainda não temos condições para implementar mais, tendo em conta o investimento necessário. -----

Em relação à intervenção do senhor Deputado Alcídio Torres, dizer que não existe qualquer contradição entre o Presidente da Câmara e a Presidente da Assembleia, nós seguimos pareceres jurídicos e não temos qualquer problema em existir esse grupo de trabalho, formado por representantes das diversas bancadas e que esse mesmo grupo trabalhe em conjunto com os nossos juristas. -----

Em relação à questão do salão de Chá na Quinta do Saldanha, a Câmara Municipal acompanhou sempre este processo de perto e fizemos sempre o enquadramento para a melhor resolução.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Da nossa parte existe toda a abertura para constituir este grupo de trabalho ou qualquer outro grupo de trabalho que vise defender os legítimos interesses das populações, seja sobre esta questão ou outra qualquer, desde

AA
Fol



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que vá ao encontro das necessidades da população, porque é para isso que estamos aqui. -----

Aproveito agora esta oportunidade, para chamar à atenção que existe um terreno camarário, junto ao Lidl, que continua com muito lixo e até há vários munícipes que já se deslocaram à Câmara a solicitar esta limpeza e até à presente data ainda não foi feita.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Em relação à constituição do grupo de trabalho, quero referir que, eu pessoalmente não acho correto. E estou perplexo. Para se decidir um aeroporto, o senhor Presidente da Câmara acha-se na sua plenitude de todas as suas funções e direitos de resolver e pensar como entender e apresentar um projeto à ANA e para resolver o problema de uma casa comercial (com todo o respeito) temos que criar um grupo de trabalho.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Quero referir que, eu não conheço a situação do Salão de Chá, situado na Quinta do Saldanha, desde que saí da Câmara, conheço agora porque foi aqui apresentada. Mas gostaria de referir, uma vez mais, que as deliberações que eu propus à Câmara Municipal para posteriormente ir à Assembleia Municipal, para a redução das rendas são legais. Se eu fosse Presidente de Câmara avaliaria. O senhor Presidente da Câmara tem o direito de avaliar da forma como entender e tem toda a legitimidade de avaliar e não é a Presidente da Assembleia que tem qualquer tipo de contradição. Eu enquanto Presidente de Câmara avaliei e fiz no quadro daquilo que entendi que era a legalidade. -----

Esta Assembleia é soberana, não é possível constituir um grupo de trabalho

ATA Paly
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para hoje aqui ser votado, porque não consta na ordem de trabalhos. Eu compreendo do ponto de vista da participação dos cidadãos e da resolução dos problemas. A posição dos senhores Deputados Fernanda Fernandes e Alcídio Torres é que de facto as pessoas vão às instituições e ninguém resolve nada (em termos gerais). Agora, não me parece competência desta Assembleia, constituir um grupo de trabalho para tratar desta matéria. Esta Assembleia se quiser pronunciar pode fazê-lo de várias formas, reprovando, propondo, recomendando, pedindo um parecer jurídico. Tem essa competência de aquisição de elementos e de bens, de serviços que lhe permita deliberar. -----

A ideia é louvável e reflete a preocupação de resolver as questões que os cidadãos nos colocam.”-----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Proponho que estas propostas sejam colocadas à votação e à discussão desta Assembleia.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Nós temos aqui um conjunto de elementos para votar e duas propostas, uma para acompanhamento da alimentação das nossas escolas e outra para a criação de um grupo de trabalho. Estas duas propostas não podem ser votadas no Período Antes da Ordem do Dia, tem que ser agendada na Ordem de Trabalhos e deliberada na próxima Assembleia Municipal, salvo o devido respeito e melhor opinião.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “Na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, diz que pode ser votado.” -----

AA
Pel



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “O que o Regimento diz é que qualquer membro pode propor a criação de um grupo de trabalho e não tem que estar na Ordem de Trabalhos. Qual é a figura jurídica no Regimento que diz isso?” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “O artigo 33º diz o que se pode fazer no Período Antes da Ordem do Dia e também no artigo 50º do regime Jurídico. Eu proponho que se retirem estas duas propostas ou então que lhes deem outra figura para se poder enquadrar. A minha sugestão é que sejam retiradas e agendadas numa próxima reunião. É uma competência da Assembleia Municipal, mas não pode ser votado hoje, porque tem que estar agendado na Ordem de Trabalhos.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou a **POSIÇÃO DA MESA**, relativamente ao assunto em discussão e disse: -----

“Atentas as competências da Assembleia Municipal previstas designadamente no artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia pode deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do Município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Câmara Municipal. -----

Ora estas competências só podem ser exercidas e objeto de deliberação se constarem da ordem do dia da sessão ou reunião tal como se alcança do artigo 50.º da referida Lei. -----

No período antes da ordem do dia foram apresentadas duas propostas, uma para acompanhamento da alimentação das nossas escolas, pela CDU, e outra

Aut. Pal.
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para criação de um grupo de trabalho para equacionar as possibilidades legais de apoiar os comerciantes em situação de dificuldade. -----

Ora, atento à supracitada referência legal, as referidas propostas não podem ser submetidas a votação.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que tinham para **admitir e votar**, três documentos (um Voto de Protesto, uma Recomendação e uma Moção). -----

Assim, procedeu-se à votação para **admissão** dos supracitados documentos, tendo os mesmos sido **admitidos por unanimidade**. -----

Seguidamente, procedeu-se à **discussão e votação**, tendo os mesmos obtidos as seguintes deliberações: -----

VOTO DE PROTESTO, APRESENTADO PELA CDU. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com 15 votos a favor (6 da CDU, 7 do PSD e 2 do BE), 8 votos contra do PS e 0 abstenções. -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO DE VOTO**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O PSD vota favoravelmente o Voto de Protesto da CDU, porque por muitas vezes, o senhor Presidente da Câmara tem tido atitudes arrogantes e que por vezes vão para além do que é aceite democraticamente, aliás, como ainda hoje o demonstrou. -----

Em tempo devido o PSD apresentou por escrito as suas propostas para o

ATA Reg



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento de 2015 da Câmara Municipal do Montijo, mas não pode de todo aprovar um orçamento no qual não se revê. Continuamos completamente disponíveis para aprofundar um diálogo honesto e transparente, (gravado e com uma cópia para ambas as partes) com vista a dotar a aprovação do Orçamento Municipal, instrumento essencial de gestão do executivo da Câmara Municipal do Montijo. -----

Compete ao senhor Presidente da Câmara em minoria, promover o diálogo e a construção de consensos e não ter uma postura como a que tem tido até hoje “do eu quero, eu posso e eu mando.” -----

RECOMENDAÇÃO, APRESENTADA PELA CDU. -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Para a bancada do PS votar favoravelmente a CDU tem que retirar dois parágrafos que passo a citar: -----

1º Parágrafo - *“Não será, assim, estranho que atentos os factos descritos, os órgãos municipais que vinculam a posição de Montijo se tenham já pronunciado sobre esta matéria. – A Câmara Municipal do Montijo tem posição legal tomada sobre o aeroporto (vide atas); - A Assembleia Municipal de Montijo tem a sua posição legal tomada sobre o aeroporto.”* -----

2º Parágrafo - *“A avaliação estratégica, sem o que nenhuma nova posição deva ser emitida pelo Município, estruturada segundo os sete fatores críticos de decisão (FCD, que inclui: - Um diagnóstico seletivo da situação passada, presente e futura para cada critério de avaliação, recorrendo a indicadores descritivos e analisando os diferentes aspetos numa ótica relativa; - A*

Art. 1.º
87



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quantificação/qualificação dos indicadores/variáveis, comparando em relação aos efeitos ambientais (sensu lato), tendo em atenção, igualmente, os requisitos da análise custo-benefício (incluindo externalidades). – Do ponto de vista do direito ambiental – nacional, internacional e comunitário – verifique a ponderação de fatores ecológicos e ambientais tendentes a uma decisão criticamente justa. Que a este nível atente que o direito europeu estabelece requisitos claros de autorização de projetos suscetíveis de conflitar, em maior ou menor grau, com as zonas classificadas, daí que deva exigir que os estudos sejam desenvolvidos por forma a fazer prova da inexistência de alternativas e da absoluta necessidade do empreendimento, em função de razões imperativas de reconhecido interesse público.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Não podemos retirar tudo, porque existe uma posição legal tomada sobre o aeroporto, conforme consta das atas.” -----

Deliberação: Reprovada por maioria, com 14 votos contra (7 do PSD e 7 do PS), 3 abstenções (Presidente da Assembleia Municipal (PS) e 2 do BE) e 6 votos a favor da CDU. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, leu uma **DECLARAÇÃO DE VOTO**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Abstenho-me na presente Recomendação por três ordens de razão: -----

- 1) Por entender que o NAL no Campo de Tiro é o que melhor serve o interesse nacional e europeu e conseqüentemente a nossa região, a qual o Montijo integra; -----

AM Fel



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 2) A competência para a decisão não cabe à Câmara Municipal, devendo contudo, apresentar sempre que solicitada as propostas que considera indispensáveis no quadro da utilização da Base Aérea n.º 6 para defesa do Município e dos nossos munícipes; -----
- 3) A recomendação não contraria, não inviabiliza a imposição da instalação da Base Aérea n.º 6, insiste sim, em centrar esforços no NAL no Campo de Tiro, com a salvaguarda de aspetos relevantes.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO DE VOTO**, que se passa a transcrever: -----

“A CDU acaba de votar favoravelmente uma recomendação que decalca um texto datado de 2008 e aprovado em forma de Moção nesta mesma sede, da autoria da Bancada do PS, a propósito do Novo Aeroporto de Lisboa e pela sua localização no Campo de Tiro de Alcochete. -----

O PS inviabilizando o seu próprio documento, aprovado nesta casa em 2008, efetua mais uma pirueta política entre as várias que tem feito sobre a matéria em causa. -----

O PSD recorrendo à mesma posição do PS, coloca-se igualmente no caminho da contradição e da falta de coerência, realizando também uma pirueta política face à posição que também assumiu nesta casa em 2008. -----

O documento aprovado nesta casa em 2008 e agora, de novo, apresentado pela CDU, que o PS e o PSD não viabilizaram, contradizendo-se, continha um conjunto de medidas de que destacamos as seguintes: -----

1. As condições de segurança, de operacionalidade e de expansão; -----

ANA Tel
97



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. A criação de postos de trabalho diretos e indiretos indispensáveis ao concelho e à região tão atingida pelo desemprego; -----
3. O custo total do investimento inferior em comparação com a solução OTA; -----
4. O período de construção projetado seria mais curto, permitindo uma transição mais operacional com o aeroporto da Portela; -----
5. A criação de uma cidade aeroportuária com todos os benefícios daí derivados e prevenindo possíveis impactos negativos. -----

Esta atitude da Troika PS-PSD-CDS enquadra-se com os objetivos da Troika externa escrita no famigerado memorando de entendimento “Pacto de Agressão” onde se lê: -----

“3.31. O Governo acelerará o programa de privatizações. O Plano existente para o período que decorre até 2013 abrange transportes (Aeroportos de Portugal, TAP e a CP Carga), energia (GALP, EDP e REN), comunicações (CORREIOS DE PORTUGAL) e seguros (CAIXA DE SEGUROS), bem como uma série de empresas de menor dimensão. O Governo compromete-se a ir ainda mais longe, prosseguindo uma alienação acelerada da totalidade das ações na EDP e na REN e tem a expectativa que as condições do mercado venham a permitir a venda destas duas empresas, bem como da TAP, até ao final de 2011. O Governo identificará, na altura da segunda avaliação trimestral, duas grandes empresas adicionais para serem privatizadas até ao final de 2012.” -----

A privatização da ANA e ora da TAP, em marcha acelerada, colocam os interesses das transportadoras de tráfego aéreo acima e fora dos interesses do País e dos Portugueses. -----

AA Fel



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A CDU, que assumiu em 2008 a convergência em nome dos superiores interesses do Montijo, da região e do País, que assumiu e assume o compromisso de lutar pela solução consensualizada para toda a região no PEDEPES – Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal, uma vez mais, com o voto de hoje, acrescentou ao compromisso, à convergência, à coerência das palavras e dos atos, convicta que está, pelas dezenas e dezenas de estudos produzidos por entidades públicas e privadas, desde o século passado, de que a solução **Campo de Tiro de Alcochete – Concelho de Benavente – Concelho de Montijo**, que a Freguesia de Canha acolheria, não beneficiaria só o Montijo, favorecia toda a Região, Portugal, a economia, o desenvolvimento sustentável e o nosso Povo. -----
CONNOSCO, COMO A VIDA PROVA, OS MONTIJENSES PODEM SEMPRE CONTAR!” -----

MOÇÃO, APRESENTADA PELA CDU, INTITULADA EXIGIR O FIM DAS LIMITAÇÕES À CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com 16 votos a favor (8 do PS, 6 da CDU e 2 do BE), 7 votos contra do PSD e 0 abstenções. -----

Dado o adiantado da hora, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, após ter sido acordado, informou que iria encerrar a primeira reunião da terceira sessão ordinária e que a segunda reunião prosseguiria no dia vinte e dois de junho de 2015, pelas 21 horas, com início na Ordem de Trabalhos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Eram duas horas e quinze minutos, do dia vinte de junho de 2014. -----

E eu, *Jacilina Maria Azevedo Barbosa*, Assistente Técnica, da Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

Paula Amélia Antunes

----- O 1º Secretário -----

Pedro Rafael Pereira Reis Cavaleiro

----- A 2ª Secretária -----

Josefa de Almeida

